

**Henrique de Almeida Ávila
Valeria Ferioli Lagrasta**

ORGANIZADORES

**POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL
DE TRATAMENTO ADEQUADO
DOS CONFLITOS DE INTERESSES**

10 Anos da Resolução CNJ Nº 125/2010

PREFÁCIO MINISTRO JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI

2020

CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

III/PAM
INSTITUTO PAULISTA
DE MAGISTRADOS

Copyright © 2020 by IPAM – Henrique de Almeida Ávila e
Valeria Ferioli Lagrasta

**Política judiciária nacional de tratamento adequado dos
conflitos de interesses
(10 anos da resolução CNJ n. 125/2010)**

Organizadores

Henrique de Almeida Ávila
Valeria Ferioli Lagrasta

Coordenação Editorial

Tânia Mara Ahualli

Edição / Revisão

Marisa Amaro dos Reis

Projeto gráfico / diagramação / capa

Edson Colobone
Mônica Landi

Produção

Antonio Clementin

**POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUA-
DO DOS CONFLITOS DE INTERESSES – 10 ANOS DA RESOLU-
ÇÃO CNJ Nº 125/2010**

Lagrasta, Valeria Ferioli.

Ávila, Henrique de Almeida

Instituto Paulista de Magistrados – IPAM – 2020

São Paulo – SP

ISBN 978-65-991556-0-4

I. Título

CDD- 340 – Direito / Jurisprudência / Justiça

Data de fechamento: 15-7-2020

INSTITUTO PAULISTA DE MAGISTRADOS – IPAM
Rua Tabatinguera, nº 140 – 13º andar – Conj.1317
CEP 01020-901 – São Paulo – SP
Contato: (11) 3105-9290
ipam@ipam.com.br | www.ipam.com.br



SUMARIO

CAPÍTULO I

**POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO
ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSES**

1.	DESJUDICIALIZAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO E TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSES <i>José Antonio Dias Toffoli e Livia Cristina Marques Peres</i>	13
2.	SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS: OBSERVAÇÕES À LUZ DA RESOLUÇÃO CNJ nº 125/2010 <i>Humberto Martins</i>	35
3.	OBJETIVOS DA POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSES <i>Henrique de Almeida Ávila e Valeria Ferioli Lagrasta</i>	45
4.	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Benedito Gonçalves</i>	59
5.	A ARTE DA PAZ <i>Marco Aurélio Gastaldi Buzzi</i>	71
6.	FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA SOLUÇÃO PACÍFICA DAS CONTROVÉRSIAS (MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO) <i>Kazuo Watanabe</i>	91
7.	A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSES <i>Morgana de Almeida Richa</i>	97
8.	INTEGRAÇÃO DOS RAMOS DA JUSTIÇA NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA <i>Adriana Goulart de Sena Orsini</i>	119
9.	ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE ACESSO À JUSTIÇA <i>Kazuo Watanabe</i>	133
10.	POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSES: UMA OBRA EM OBRAS <i>Daldice Santana e Bruno Takahashi</i>	139

11. HUMANIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO PELOS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
<i>José Roberto Neves Amorim</i>	155
12. NOVAS JURISDIÇÕES PARA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	
<i>Paulo Dias de Moura Ribeiro</i>	163

CAPÍTULO II AVANÇOS E DESAFIOS DA CULTURA DA PAZ

1. MINISSISTEMA DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E APLICAÇÃO EFETIVA DO ARTIGO 334 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
<i>Valeria Ferioli Lagrasta</i>	181
2. MEDIAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL E JUDICIÁRIA	
<i>Kazuo Watanabe</i>	201
3. AS LIÇÕES DA ADR PARA AUMENTAR OS ÍNDICES DE ACORDO E A RESSURREIÇÃO DA CONCILIAÇÃO	
<i>Roberto Portugal Bacellar</i>	205
4. A ADEQUADA FORMAÇÃO DE CONCILIADORES E MEDIADORES	
<i>Valeria Ferioli Lagrasta</i>	225
5. OS DESAFIOS DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 334 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA FAZENDA PÚBLICA	
<i>Trícia Navarro Xavier Cabral</i>	241
6. A IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO PARA MEDIADORES E CONCILIADORES: ANÁLISE A PARTIR DA RESOLUÇÃO CNJ nº 271/2018	
<i>Ricardo Felício Scaff</i>	255
7. FONAMEC – FORUM NACIONAL DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	
<i>Paulo César Alves das Neves</i>	271
8. NÚCLEOS PERMANENTES DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
<i>Hertha Helena Rollemberg Padilha de Oliveira e José Carlos Ferreira Alves</i>	285
9. A CONCILIAÇÃO NO ÂMBITO ASSOCIATIVO	
<i>Jayme Martins de Oliveira Neto</i>	299
10. SOLUÇÃO CONSENSUAL DE DEMANDAS DE MASSA E A (R)EVOLUÇÃO DIGITAL	
<i>Juliana Loss de Andrade</i>	309

CAPÍTULO III NOVOS RUMOS DA MEDIAÇÃO NO BRASIL

1. A RESOLUÇÃO DE DISPUTAS ONLINE (ODR): DO COMÉRCIO ELETRÔNICO AO SEU EFEITO TRANSFORMADOR SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA <i>Ricardo Dalmaso Marques</i>	325
2. A DEFORMALIZAÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS E AS NOVAS TECNOLOGIAS <i>Paulo Henrique dos Santos Lucon</i>	349
3. LEVANDO O DEVER DE ESTIMULAR A AUTOCOMPOSIÇÃO A SÉRIO: UMA PROPOSTA DE RELEITURA DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA À LUZ DO CPC-2015 E RESOLUÇÃO CNJ nº 125/2010 <i>Fernando da Fonseca Gajardoni</i>	359
4. MEDIAÇÃO TRANSFORMATIVA BREVES COMENTÁRIOS <i>Adolfo Braga Neto</i>	373
5. A JUSTIÇA RESTAURATIVA E SUA RELAÇÃO COM A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO: TRILHAS FRATERNAS E IDENTIDADES PRÓPRIAS <i>Marcelo Nalesso Salmaso</i>	389
6. OS MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E AS AGÊNCIAS REGULADORAS <i>Eutália Maciel Coutinho</i>	409
7. A LITIGIOSIDADE NA SAÚDE SUPLEMENTAR: UM NOVO MODELO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS <i>Cezar Felipe Cury</i>	423
8. ESPAÇO DA CONCILIAÇÃO, DA MEDIAÇÃO E DA ARBITRAGEM NO DIREITO PÚBLICO – BREVES CONSIDERAÇÕES <i>Maria Olivia Pinto Esteves Alves</i>	443
9. INTERFACE DOS CEJUSCS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS <i>Ricardo Cunha Chimenti</i>	451
10. REFUGIADOS E O ACESSO À JUSTIÇA: ASPECTOS JUDICIAIS DA INTEGRAÇÃO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS <i>Erick Linhares e Alcenir Souza</i>	461
11. O FONAME – FÓRUM NACIONAL DE MEDIAÇÃO <i>Cássio Filgueiras</i>	471
12. O ADVOGADO NA MEDIAÇÃO <i>Marina Alves de Azevedo Silva</i>	475

13.	PLATAFORMAS ONLINE DE MEDIAÇÃO	
	<i>Samantha Mendes Longo</i>	485
14.	CLÁUSULAS ESCALONADAS MED-JUD, PARA EFETIVIDADE DA RESOLUÇÃO CNJ nº 125/2010	
	<i>Francisco José Cahali e Fernanda Rocha Lourenço Levy</i>	503
15.	MEDIAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. CONVENÇÃO DE SINGAPURA	
	<i>Christiana Beyrodt Cardoso</i>	517
16.	A MEDIAÇÃO NA ADVOCACIA	
	<i>Wilson Pimentel</i>	533